Processo TC-002.579/2014-6 (com 45 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

A Secretaria de Controle Externo no estado de Alagoas propõe ao Tribunal, em pareceres uniformes (peças 44/5):

a) considerar revéis os srs. Vanderley Messias Sales (CPF 096.364.042-91) e Neuzari Correia Pinheiro (CPF 091.154.632-49) [ex-prefeitos de Porto Walter/AC, gestões 2001-2004 e 2005-2012, respectivamente, peça 1, pp. 390/4];

b) julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas do sr. Vanderley Messias Sales (CPF 096.364.042-91) e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas [valor total: R\$ 73.000,00], atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, junto ao TCU, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU, abatendo-se os valores eventualmente já ressarcidos:

DATA	VALOR (R\$)	DATA	VALOR (R\$)
9.5.2003	6.083,33	8.8.2003	6.083,33
9.5.2003	6.083,33	23.9.2003	6.083,33
9.5.2003	6.083,33	25.9.2003	6.083,33
9.5.2003	6.083,33	31.10.2003	6.083,33
29.5.2003	6.083,33	10.12.2003	6.083,33
30.6.2003	6.083,33	10.12.2003	6.083,37

c) julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, da Lei 8.443/1992, as contas do sr. Neuzari Correia Pinheiro (CPF 091.154.632-49);

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

e) remeter cópia do acórdão que for proferido, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentarem, ao:

e.1) Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para as providências que entender cabíveis; e,

e.2) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para ciência.

Em face do que restou apurado nos autos, o Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposição oferecida pela unidade técnica, salvo no que diz respeito à irregularidade das contas do sr. Neuzari Correia Pinheiro, Prefeito nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, haja vista que:

a) a citação solidária dos srs. Vanderley e Neuzari, pela importância original de R\$ 73.000,00, foi promovida nos termos a seguir (v.g., peças 7/8):

“ (...) irregularidades (...) na aplicação dos recursos federais repassados pelo FNDE, no exercício de 2003, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Educação de Jovens e

Adultos (Peja), abaixo indicadas, que resultaram na não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais, com infração ao disposto no art. 15 da Resolução CD/FNDE 5/2003, art. 93 do Decreto-Lei 200, de 1967, e art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal:

(...)

b) Ato Impugnado: não apresentação da documentação comprobatória dos saques realizados da conta específica do Peja, exercício de 2003, como o(s) processo(s) licitatório(s), cópias dos cheques, processos de pagamento, com notas fiscais e recibos, relação dos professores temporários contratados e pagos com recursos do Peja, dentre outros documentos aptos a demonstrar a regularidade das supostas despesas.”

b) conforme instrução da unidade técnica à peça 44:

“23. (...) a responsabilidade solidária do Sr. **Neuzari Correia Pinheiro**, que assumiu a prefeitura em 1/1/2005, foi inserida por esta Unidade Técnica, pois não figurou na responsabilização apontada pelo FNDE e pela SFCEI. Consoante destacado na instrução inicial [peça 5, itens 18/22], ‘a ocorrência [não apresentação da documentação comprobatória das despesas] se sucedeu no primeiro ano do mandato do seu sucessor e quase dois anos da gestão dos recursos. Não há, *a priori*, como atribuir-lhe [ao sr. Vanderley] a responsabilidade isolada, pois cabia a seu sucessor [sr. Neuzari] ter denunciado a falta desses documentos públicos nos arquivos municipais, o que não foi feito ou não consta no processo’.

23.1. Registrou-se, ainda, na mesma instrução, que ‘notificado pelo FNDE em duas oportunidades (peça 1, p. 148 e 272), o prefeito sucessor [sr. Neuzari] não se manifestou e não comprovou se seu antecessor [sr. Vanderley] havia deixado nos arquivos os documentos em questão. Não demonstrou, também, ter adotado medidas com vistas à recuperação dos processos das despesas junto aos setores competentes, inclusive os cheques junto à instituição financeira’.

23.2. Neste caso, não há a incidência da regra estabelecida na Súmula TCU 230, pois o período de gestão dos recursos e o prazo para prestar contas transcorreram integralmente no mandato do antecessor [sr. Vanderley].

23.3. O que se considerou para arrolar o sucessor [sr. Neuzari] como responsável foi sua completa omissão em adotar as medidas cabíveis para apurar a irregularidade consistente na falta da guarda dos documentos públicos comprobatórios das despesas, que foram solicitados pelo Controle Interno apenas na sua gestão, dois anos depois da utilização das verbas e um ano depois da prestação de contas [peça 1, p. 140].

23.4. Não há como aceitar que o prefeito sucessor [sr. Neuzari] tenha total descompromisso com os recursos geridos pelo antecessor [sr. Vanderley]. Cabe ao sucessor manter a guarda dos documentos das gestões pretéritas, zelar pelos bens adquiridos e construídos nas gestões anteriores, em razão do princípio da continuidade administrativa. Se a documentação não estava nos arquivos municipais, o mínimo que se pode exigir do gestor era que adotasse as medidas cabíveis, administrativas, disciplinares e até judiciais, em face dos responsáveis.

23.5. Contudo, demandado pelo FNDE, o prefeito nem se dignou a apresentar nenhuma informação. Diante deste Tribunal, ficou revel.

23.6. Mesmo assim, revendo a posição inicialmente adotada quanto à corresponsabilidade pelo dano ao erário, considera-se que seria medida de extremo rigor, afinal, não foi o gestor dos recursos e nem se sabe se a documentação foi repassada para sua gestão. Entretanto, não há como relevar a falta de zelo no trato da coisa pública, a

desconsideração com as demandas do FNDE, da SFCI e agora do TCU, e o ato omissivo no dever de adotar as medidas cabíveis para manter a documentação comprobatória da gestão dos recursos do EJA/2003 na Prefeitura, pelo prazo de cinco anos, contado da data da aprovação da prestação de contas pelo FNDE, e à disposição do TCU, do FNDE, do Sistema de Controle Interno do Executivo e do CACS-FUNDEB.

23.7. Em razão do exposto no item anterior, propõe-se que as contas do Sr. Neuzari Correia Pinheiro sejam julgadas irregulares, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992.

23.8. Deixa-se de propor a aplicação da multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, cabível em face da natureza e gravidade da infração, em razão da prescrição da pretensão punitiva do TCU, tendo por base os mesmos fundamentos citados nos itens 22.4 a 22.7 *supra*.

(...)

28. Em relação ao Sr. Neuzari Correia Pinheiro, concluiu-se que também deve ter as contas julgadas irregulares, mas sem a imputação de débito, em razão de que foi omissivo no dever de manter a documentação comprobatória nos arquivos municipais à disposição dos órgãos de controle pelo prazo definido na norma do EJA, e por não ter adotado nenhuma medida para apurar a responsabilidade pela ilicitude. Deixou-se também de propor a aplicação de multa, em face da prescrição (item 23).”

c) ocorre, porém, como visto, que o sr. Neuzari não foi ouvido pela omissão no dever de manter a documentação comprobatória nos arquivos municipais à disposição dos órgãos de controle pelo prazo definido na norma do EJA, nem por não ter adotado nenhuma medida para apurar a responsabilidade pela ilicitude (ofício citatório à peça 8, entre outras);

d) demais disso, a unidade técnica afirma, com razão, que o efetivo gestor dos recursos do EJA/2003 foi o sr. Vanderley (Relatório de Ação de Controle SFC/CGU 0190.002529/2005-91 à peça 1, pp. 92 e 130/4) e que não se sabe se a documentação requerida foi repassada pela gestão do sr. Vanderley para a gestão do sr. Neuzari (item 23.6 *supra*);

e) acrescente-se que, embora as manifestações conclusivas do órgão concedente dos recursos e do controle interno não vinculem a atuação do TCU, no caso concreto, o Relatório de TCE/FNDE 174/2013 (peça 1, pp. 360/70) e o Relatório de Auditoria SFC/CGU/PR 1.682/2013 (peça 1, pp. 398/402) não arrolaram o sr. Neuzari como responsável pelas falhas havidas na aplicação dos recursos ora em exame.

Nesse cenário, conta com a adesão do Ministério Público de Contas a proposta de mérito oferecida pela Secex/AL (peças 44/5), com os seguintes ajustes no tocante ao encaminhamento sugerido à peça 44, item 30:

a) incluir o artigo 19, *caput*, da Lei 8.443/1992 nos fundamentos da condenação do sr. Vanderley Messias Sales, prefeito na gestão 2001-2004;

b) excluir a alínea “c” da proposta (irregularidade das contas do sr. Neuzari).

Brasília, em 29 de julho de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador